

**PRESENÇA DE JUSCELINO:  
a tríade de monumentos para o presidente Kubitschek em Brasília**

***PRESENCE OF JUSCELINO:  
the triad of monuments to President Kubitschek in Brasília***

Artani Granjeiro da Silva Pedrosa\*

**Resumo**

A materialização de marcos memoriais em espaços públicos constitui prática de validação de narrativas, representando visualmente a posição oficial do Estado. A tríade “Cabeça de JK”, “O Fundador” e “Monumento a JK” instalados, respectivamente, no Museu Histórico da Cidade, no Museu do Catetinho e no Memorial JK, integra o projeto nacionalista desenvolvimentista do qual Brasília se tornou símbolo. O artigo busca refletir sobre como a figura de Juscelino Kubitschek é inscrita na memória coletiva por meio de esculturas concebidas e estrategicamente dispostas no espaço urbano. Como procedimento metodológico, realizou-se busca no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira para mapear as intencionalidades presentes na concepção dessas obras. O cenário analisado permite inferir que a tríade, enquanto espaço institucionalizado do patrimônio cultural nacional, aciona o mecanismo de construção do discurso oficial, baseado na narrativa da saga dos homens e de seus feitos, e opera como dispositivo de memória, legitimação política e afirmação de projetos de poder.

**Palavras-chave:** monumentos; discurso oficial; Brasília; Juscelino Kubitschek.

**Abstract**

The materialization of memorial landmarks in public spaces constitutes a practice of validating narratives, visually representing the official position of the State. The triad “Cabeça de JK” (Head of JK), “O Fundador” (The Founder), and “Monumento a JK” (Monument to JK), installed, respectively, in the City History Museum, the Catetinho Museum, and the JK Memorial, is part of the nationalist developmentalist project of which Brasília has become a symbol. The article seeks to reflect on how the figure of Juscelino Kubitschek is inscribed in collective memory through sculptures conceived and strategically placed in urban spaces. As a methodological procedure, a search was conducted in the Brazilian Digital Newspaper Library collection to map the intentions present in the conception of these works. The scenario analyzed allows us to infer that the triad, as an institutionalized space of national cultural heritage, triggers the mechanism of constructing official discourse, based on the narrative of the saga of men and their deeds, and operates as a device for memory, political legitimization, and affirmation of power projects.

**Keywords:** monuments; official discourse; Brasília; Juscelino Kubitschek.

---

\* Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG), Brasil. Mestre em História pelo Programa de Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP/UEG). E-mail: artanigranjeiro@gmail.com.



## Introdução

Viera para ficar. Tinha nos olhos/ A força de um propósito: permanecer, vencer as solidões/ E os horizontes, desbravar e criar, fundar/ E erguer. [...] Era finalmente o Homem: o Fundador (Brasília, 1960).

Esses versos, parte da *Sinfonia da Alvorada*<sup>1</sup>, composta em 1960 por Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes, emergem como produto e expressão de um contexto sociocultural específico, a inauguração de Brasília. Mais do que uma homenagem à nova capital, a segunda parte da sinfonia funciona como a “passagem da recordação através dos tempos” (Le Goff, 1990, p. 544). Nela, personifica-se um homem na conjuntura histórica do país: o Fundador. A composição, encomendada pelo governo, é parte do rol de documentos que narram a transferência da capital brasileira para o planalto central, ela é um monumento escrito de Brasília.

Para Jacques Le Goff, a utilização de um documento pelo poder é “o que transforma o documento em monumento” (Le Goff, 1990, p. 544), pois não se trata apenas de informações sobre o passado, mas de uma construção baseada em interesses e representações hegemônicas. Outrossim, o monumento escrito é um testemunho condicionado por quem o criou. A obra *Sinfonia da Alvorada* reforça a construção de um imaginário em que o 21º presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), o JK, é apresentado como um herói nacional, associado ao ideal de modernização e à materialização de um determinado projeto de Estado-nação.

O projeto de governo de JK estava fundamentado no nacionalismo desenvolvimentista, parte dele a decisão política de construção e, ao assumir como meta, ele se consolida como a figura central da obra modernizadora (Vidal, 2009). Brasília foi concebida como a representação utópica de uma ideologia capitalista, projetada por

<sup>1</sup> O convite para criar uma Sinfonia em homenagem à Nova Capital partiu de Oscar Niemeyer para Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Em setembro de 1960, JK convidou-os a passar alguns dias na residência presidencial provisória, o Catetinho, e os dois artistas fizeram a viagem de carro do Rio de Janeiro para Brasília, utilizando o fusca de Tom. A ideia era um espetáculo de *Son et lumière* (som e luz) tal como era feito nos Castelos franceses (Boscoll, 1960). A composição da Sinfonia da Alvorada foi finalizada em dezembro de 1960 (Concluída, 1960). O LP, com uma duração de 45min, foi dividido em cinco partes: 1) O Planalto; 2) O Homem Aparece; 3) A Chegada dos Candangos; 4) Trabalho e Construção; 5) Coral (Pedrosa, 2023a).

arquitetos e urbanistas que a traduziram em um pensamento poético de grandiosidade e monumentalidade (Alves, 2005) e, neste cenário, é a figura de JK, como líder visionário, que rumo à integração territorial e ao desenvolvimento do país, simbolizando a vitória sobre os desafios naturais e a promessa de um futuro próspero, na tentativa de consolidar uma identidade nacional moderna, na qual Brasília emerge como o marco da realização desse projeto (Pedrosa, 2023b).

Embora existam pesquisas sobre a construção da imagem de JK (Rodrigues, 1990; Montenegro, 2001; Oliveira, 2021), elas se concentram em meios como imprensa, cinejornais e música, existindo uma lacuna sobre o papel das esculturas e monumentos na consolidação de sua memória. Nesse sentido, consideramos Gonçalves (2002) que analisa o patrimônio e os monumentos como dispositivos de consagração de narrativas hegemônicas vinculadas ao Estado-nação. Knauss (2000), ao tratar da pedagogia social do civismo, ressalta a função dos monumentos na construção de valores cívicos, enquanto Madeira (2002) evidencia o caráter heroico e masculino dessas representações, centradas em grandes personagens históricos.

Este artigo busca refletir sobre a inscrição da figura de Juscelino Kubitschek na memória coletiva, por meio de esculturas estrategicamente dispostas no espaço urbano e instaladas em edificações projetadas por Oscar Niemeyer, hoje tombadas em âmbito nacional e distrital<sup>2</sup>. Essas obras, que denominamos neste texto como “a tríade”: “Cabeça de JK”, no Museu Histórico de Brasília; “O Fundador”, no Museu do Catetinho; e “Monumento a JK”, no Memorial JK, inserem-se na lógica monumental, cuja característica central consiste em estruturar uma narrativa “que define a escultura como produto de representação do passado e que ordena uma determinada leitura da história” (Knauss, 2000, p. 176).

Assim, a questão que orienta esta reflexão é a seguinte: de que maneira os discursos de Juscelino Kubitschek e dos idealizadores das esculturas, amplificados pela imprensa da época, instituíram uma memória oficial sobre a fundação de Brasília e como essas esculturas, ainda hoje presentes no espaço urbano, colaboram para a manutenção

<sup>2</sup> Tombamento das edificações: Catetinho, a nível federal, no Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 329, de 21/07/1959, e a nível distrital – inscrito *ex officio*, conforme Art. 6 da Lei Distrital nº 47/1989; Museu Histórico de Brasília e Memorial JK, tombamento federal, ambos no Processo: 1550-T-2007. A nível distrital: Museu Histórico de Brasília ou Museu da Cidade: Decreto nº 6.718, de 28/04/1982, DODF de 29/04/1982 e Memorial JK: Decreto nº 9.411, de 20/04/1986, DODF de 22/04/1986.



dessa memória? Para abordar essa problemática, tomamos como referência Norman Fairclough (2016, p. 256), que define a análise do discurso como “uma prática social profundamente interligada às estruturas e dinâmicas da sociedade, sujeita a críticas ideológicas e políticas”.

Nesse sentido, buscamos identificar os adjetivos presentes em fragmentos da cobertura midiática sobre a inauguração dessas esculturas e monumentos. A busca foi feita no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, com o recorte temporal 1960 e 1981. Deu-se atenção especial às falas dos artistas idealizadores, buscando a simbologia atribuída na concepção das obras. Além disso, foram considerados versos da composição musical “Brasília, Sinfonia da Alvorada” e episódios descritos por JK em sua autobiografia, que oferecem elementos adicionais para pensar como as esculturas projetadas no espaço urbano não apenas refletem, mas também produzem e legitimam relações de poder e processos de silenciamento.

## 2 A Nova Capital: narrativas e monumentos ao “fundador”

A ideia de um território *vazio* e a figura do *fundador* convergem na legitimação de um mesmo projeto político. Ousamos inferir que os monumentos assumem um importante papel, pois materializam essas narrativas e contribuem para fixar determinados sentidos sobre o passado. Apresentamos, inicialmente, uma breve contextualização sobre as ideias de sertão e vazio no Planalto Central e, em seguida, a análise de três esculturas que denominamos “a tríade de monumentos ao presidente Kubitschek em Brasília”, por considerarmos que essas representações se articulam na consolidação de uma memória oficial.

### 2.1 O sertão inventado: a retórica do vazio e o mito JK

O termo sertão originalmente referia-se às terras distantes do litoral, caracterizadas por isolamento, vastidão e inospitalidade, é “o personagem do mito que narra a conquista da civilização pela nação brasileira em seu devir” (Sena; Suárez, 2011, p. 17). Transformou-se em um lugar imaginário de confronto, onde se cruzam narrativas de adversidade e potencialidade, articulando tensões entre o desconhecido e o explorável,



o vazio e o fértil (Sena; Suárez, 2011). Diversas iniciativas de expansão e civilização foram gradualmente avançando sobre esse território, configurando um processo interno de colonização (Sena, 2011)<sup>3</sup>.

Com o advento da República em 1889, a determinação de interiorizar a capital foi estabelecida na Constituição de 1891, prevendo uma área de 14.400 quilômetros quadrados no planalto central para a nova Capital Federal (Vidal, 2009, p. 109). Para demarcação, o presidente Marechal Floriano Peixoto instituiu a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, a Missão Cruls, que explorou e selecionou o local, coube a outras comissões o andamento conclusivo<sup>4</sup>.

Nas palavras de Juscelino: “encontrei, com 167 anos de idade, a ideia de transferir a capital do Brasil para o centro. E encontrei todos os estudos preliminares prontos, incluindo a localização definitiva” (Oliveira, 1962, p. 57). De tal modo, estabeleceu Brasília como sua meta-síntese no Plano de Metas para o desenvolvimento do Brasil: “não podíamos deixar aquela imensa zona deserta exposta à cobiça estrangeira, e foi por isso que procurei transformar o Planalto Central numa trincheira para incrementar o desenvolvimento nacional” (Oliveira, 2000, p. 56), ou como versou Vinicius de Moraes: “No princípio era o ermo / Eram antigas solidões sem mágoa [...] Não havia ninguém. A solidão / Mais parecia um povo inexistente / Dizendo coisas sobre nada. Sim, os campos sem alma” (Brasília, 1960).

A percepção do Planalto Central como um vazio a ser ocupado, refletindo discursos colonizadores exige uma construção: “no pensamento social, o sertão é a fronteira por excelência e se vincula deste modo à pátria geográfica como possibilidade de expansão da nação através da incorporação econômica e da ocupação de terras, ou da ocupação de seus espaços vazios” (Sena, 2011, p. 112). Daí a vinculação com o mito

<sup>3</sup> Antes da República. 1750: Carta de Goiás, do cartógrafo genovês Francisco Tossi Colombina, sugere mudança da capital do Brasil para essa região; Marquês de Pombal, estadista português, defende a mudança para o vale do Amazonas; 1763: Rio de Janeiro (RJ) sucede a Salvador (BA); 1810: proposta de fixar a sede do governo no interior do país, longe dos portos; 1823: projeto de José Bonifácio para mudar a capital do país, sugere o nome Brasília; 1852: senadores defendem a mudança da capital 1877: Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro viaja ao Planalto Central para localizar a futura capital, sugere o nome Imperatória (Senado Federal, 2010).

<sup>4</sup> 1892-1894: Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, belga Louis Ferdinand Cruls (1848-1908); 1894-1895: Comissão de Estudos da Nova Capital da União, idem; 1946-1948: Comissão Técnica para o Estudo da Localização da Nova Capital da União, general Djalma Polli Coelho; 1953-1956: Comissão de Localização da Nova Capital Federal, marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Brasil, 2010).

sertão e o movimento das bandeiras, tal como o desbravamento é recorrente no discurso sobre Brasília, com Juscelino Kubitschek retratado como o líder que vence as solidões. Essa visão encontra eco nos versos da *Sinfonia da Alvorada*, que nomeiam o presidente como o novo bandeirante, em continuidade aos heróis da Marcha para o Oeste:

Fernão Dias, Anhanguera, Borba Gato / Vós fostes os heróis das primeiras  
marchas para o oeste / Da conquista do agreste / E da grande planície  
ensimesmada! [...] A Grande Cruz alçada / Sobre a noturna mata do cerrado /  
Para abençoar o novo bandeirante / O desbravador ousado / O ser de conquista  
(Brasília, 1960).

Esse imaginário reforça a figura do desbravador como símbolo de conquista e progresso, alinhando o projeto da nova capital a uma narrativa histórica de expansão territorial e domínio sobre o desconhecido. Como reforça Selma Sena, “o sertão também se define pela distância da civilização. [...] tal como as sociedades colonizadas, o sertão tem que ser derrotado pelas camadas sucessivas de civilização” (Sena, 2011, p. 111).

Nos limites estabelecidos pela Missão Cruls existiam áreas rurais, ou seja, o espaço não era um completo vazio, conforme o imaginário do sertão com “pouca densidade populacional, ao isolamento, à ausência de cidades e de terras cultivadas” (Sena, 2011, p. 112). A demarcação incluía terras provenientes de três municípios no estado de Goiás: Formosa, Planaltina e Luziânia, composto por fazendas centenárias e dois núcleos urbanos. Um deles era Planaltina, estabelecido em 1859 como parte do município de Planaltina, e o outro, fundado em 1933 como um distrito de Luziânia, era Brazlândia. O que contradiz o escrito de Juscelino, que afirmava tratar-se de um “local antes completamente desabitado, sem qualquer apoio inicial de um povoado” (Oliveira, 1962, p. 77).

Os versos de *Brasília, Sinfonia da Alvorada* (Brasília, 1960) e os pronunciamentos do presidente JK de que “só existia mesmo naquela região a planura do deserto e, comunicando certa vida à paisagem de desolação, estendia-se até os sem-fins do horizonte o cerrado” (Oliveira, 2000, p. 50) reforçam um discurso fragmentado propício à criação de personagens épicos, ignorando a existência de povos e culturas locais na região, prevalecendo o aspecto memorialístico de personagens ilustres que abdicaram dos confortos da modernidade para a simplicidade residencial dos anos iniciais da construção de Brasília. Ao falar sobre Autoridade Histórica, Edward Said afirma:



Não há nada de misterioso ou de natural na Autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, persuasiva, tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas ideias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízes que forma, transmite, reproduz (Said, 1990, p. 31).

Edward Said, em sua análise crítica sobre a construção da autoridade, argumenta que ela cria uma estrutura que parece natural, mas que é essencialmente fabricada. Essa visão de Said pode ser diretamente relacionada à construção de narrativas oficiais. No caso da construção de narrativas sobre Brasília, por exemplo, a versão que se tem é que “ao presidente Kubitschek coube a tarefa de convocar a nação para a marcha rumo ao oeste, que tinha como objetivos principais a interiorização da ocupação populacional e a possibilidade de se criar um novo símbolo popular” (Alves, 2005, p. 13).

Se a cidade de Brasília é “o símbolo da ideologia nacional capitalista” (Alves, 2005, p. 18), o fortalecimento da autoimagem por JK — “Contemplando a cidade que estava sendo inaugurada, minha mãe alongou o olhar para o horizonte recortado de edifícios de concreto armado e fez este reparo, com o orgulho generoso que as mães sabem ter: **só mesmo Nono seria capaz de realizar tudo isto!**” (Oliveira, 2000, p. 3) — é parte da construção do mito fundador de Brasília.

## 2.2 Monumentos como materialização de narrativas

Projetados para transmitir valores e ideais, o monumento em si “é uma construção condenada a perpetuar a lembrança de alguém ou de alguma coisa” (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 73). O monumento escrito se refere a documentos textuais como cartas, livros, decretos ou qualquer registro escrito, conscientes ou não, que servem como vestígio da atuação humana, e o monumento edificado são estruturas físicas como edifícios, estátuas e demais obras de engenharia. A distinção entre monumento escrito e monumento edificado está na forma como cada um testemunha e perpetua as intenções e relações de poder de uma sociedade, sendo que o edificado evidencia as hierarquias e interesses daqueles que os erigiram. Ambos devem ser analisados criticamente, pois nenhum monumento é neutro: “nenhum documento é inocente” (Le Goff, 1990, p. 110). Eles



revelam as condições de produção e os interesses de poder envolvidos em sua criação e perpetuação, exigindo análise para compreender como orientam a memória e a história.

Benedict Anderson argumenta que elementos profundamente políticos como censo, mapa e museu revelam o estilo de dominação colonial, porque criam uma imagem gloriosa do Estado, buscando legitimidade junto à população, com poder de “dizer que tal coisa era isso e não aquilo, que fazia parte disso e não daquilo” (Anderson, 2008, p. 253). Nessa lógica, a construção de monumentos, principalmente localizados em instituições museais, atuam na ideia de unidade e identidade do Estado-nação (Pedrosa, 2023b).

A memória emerge de um grupo que ela une, portanto erguer um monumento é uma ação atrelada à construção de um imaginário social, de uma hegemonia de poder e no reforço do personalismo como tática política. Nesse cenário, a memória “opera uma transformação simbólica da realidade social” (Ortiz, 2012, p. 138), em que o Estado delimita o quadro da construção social, ao passo que os intelectuais (políticos, pesquisadores, artistas) são os construtores deste simbolismo. Ortiz (2012, p. 137) vai adiante e questiona: “a que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?”.

A exaltação de JK como um novo bandeirante é a instrumentalização da autoridade e dos heróis do passado para criar uma narrativa que reforça padrões de valor e significado, que perpetuam mitos fundadores heroicas<sup>5</sup>. Em contraposição ao argumento de José Murilo de Carvalho, para quem “os mitos não parecem desempenhar o papel de uma poderosa força organizadora” (Carvalho, 2003, p. 19), JK foi capaz de mobilizar trabalhadores (os candangos), intelectuais, artistas e políticos para concretizar seu plano de construção da nova capital.

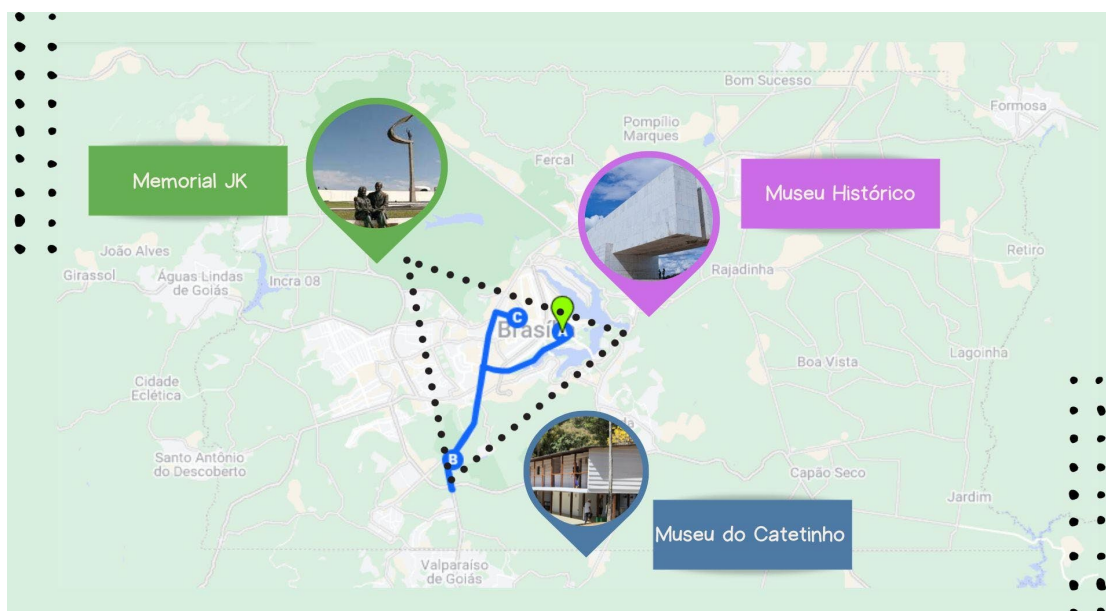
Em sua primeira visita ao território, JK escreveu: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé

---

<sup>5</sup> Em 18 de dezembro de 2018, a Lei nº 13.766 inscreveu Juscelino Kubitschek no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, reconhecendo seu papel na transferência da capital para Brasília e conferindo-lhe o status de herói nacional. O livro, em páginas de aço, está no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, projetado por Oscar Niemeyer (Fonte: <https://www.df.gov.br/panteao-da-patria-2/>).

inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino” (Oliveira, 2000, p. 53). A frase proferida nas margens da nascente do local que seria a residência presidencial provisória foi registrada no Livro de Ouro de Brasília (Pedrosa, 2023b). Considerando a autoridade, como definida por Said (1990), é possível compreender como essas narrativas oficiais são estabelecidas, disseminadas e mantidas. No governo JK, foram contratados artistas especializados na fundição de efígies e esculturas naturalistas e, posteriormente, na década de 1980, após a morte de Juscelino, o fato se repetiu para eternizar o fundador da nova capital (Madeira, 2002).

Figura 1 – Tríade de esculturas de JK em Brasília. A: Cabeça de JK; B: Estátua JK, o fundador; e C: Monumento JK



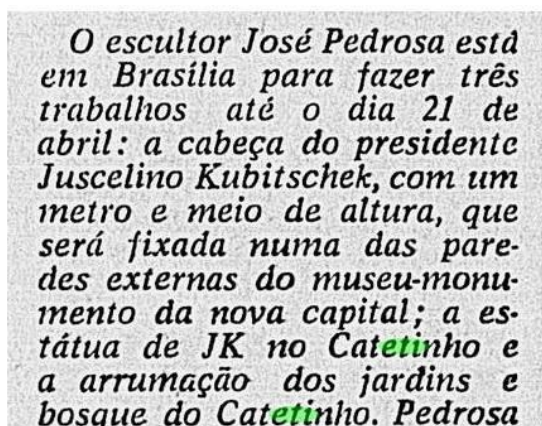
Fonte: elaborado pela autora (2024).

A tríade de esculturas está demarcada no mapa (Figura 1). Os pontos em azul (A) e roxo (B) correspondem às esculturas de José Pedrosa, especialista no trabalho com pedra-sabão, enquanto o ponto verde (C) refere-se à obra de Honório Peçanha, artífice de cabeças e estátuas de bronze. Elas integram o patrimônio cultural, entendido como “expressão usada para designar objetos no sentido mais geral deste termo — prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos — e diferentes modalidades de práticas sociais objetivadas enquanto bens culturais” (Gonçalves, 2002, p. 79) e, como tal, operam como elementos de disputa simbólica.

### 2.2.1 Cabeça de JK, escultura no Museu Histórico de Brasília

A escultura “Cabeça de JK”, identificada como o ponto roxo (Figura 1), está localizada no Museu Histórico de Brasília, o Museu da Cidade. Situa-se na Praça dos Três Poderes, na região central do Plano Piloto de Brasília, onde estão as sedes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. A escultura “Cabeça de JK” de José Alves Pedrosa (1915-2002), feita em pedra-sabão, mede 1,30 m de altura, pesa 1,5 tonelada e foi instalada na fachada leste do Museu da Cidade (A cabeça, 1960). O processo de concepção da obra foi amplamente noticiado à época (Figura 2).

Figura 2 – Notícia publicada em 1960



*O escultor José Pedrosa está em Brasília para fazer três trabalhos até o dia 21 de abril: a cabeça do presidente Juscelino Kubitschek, com um metro e meio de altura, que será fixada numa das paredes externas do museu-monumento da nova capital; a estátua de JK no Catetinho e a arrumação dos jardins e bosque do Catetinho. Pedrosa*

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira: *Jornal Última Hora* (A cabeça, 1960).  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

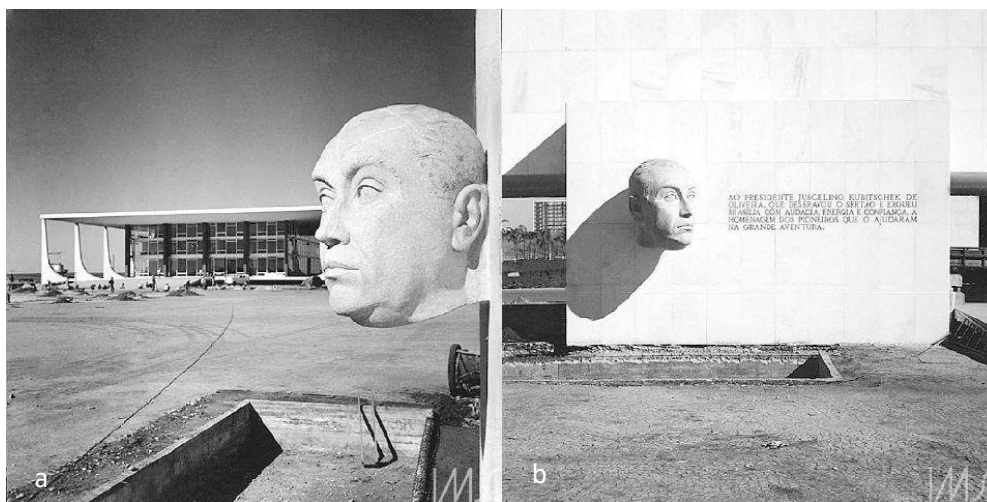
A proximidade da inauguração de Brasília, faltando menos de um mês, realça os preparativos do escultor José Pedrosa para a criação de duas obras emblemáticas: a Cabeça de JK, destinada à Praça dos Três Poderes, e a estátua para o Catetinho (a segunda peça da tríade que será analisada neste artigo). Ambas representam o presidente da República e ilustram o empenho em consolidar, por meio de monumentos, a imagem de Juscelino Kubitschek como figura central do projeto da nova capital (A cabeça, 1960).

No dia 20 de abril de 1960, durante a cerimônia de entrega das chaves de Brasília a Israel Pinheiro, então prefeito da nova capital, JK descreveu suas impressões: “[Museu Histórico de Brasília] suas paredes, cobertas de mármore branco, cintilavam, refletindo as luzes que inundavam a cidade. Nas suas duas faces, estavam gravadas frases minhas e,

à entrada, a minha cabeça, esculpida em granito” (Oliveira, 2000, p. 388, grifo nosso). A frase citada, originalmente registrada no Livro de Ouro de Brasília, também foi posteriormente entalhada no revestimento de mármore da parede externa do museu, configurando o que Le Goff (1990) define como a dualidade entre o monumento escrito e o monumento edificado, aqui representado pela escultura.

Curiosamente, em sua autobiografia originalmente publicada em 1976, JK refere-se ao Museu Histórico de Brasília como um estranho monumento de forma retangular e afirma que o que mais chamava sua atenção era um alto-relevo, em granito, reproduzindo uma fisionomia humana (Oliveira, 2000). A descrição sugere certo distanciamento do ex-presidente em relação à obra, como se ele próprio tivesse esquecido ou não reconhecesse, de imediato, que os traços retratados eram seus (Posto, 1957).

Figura 3 – (a) Cabeça de JK, ao fundo, o STF em construção e (b) vista da parede externa leste do Museu Histórico de Brasília



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/marcel-gautherot/>

Ao lado da escultura “Cabeça de JK”, foi talhada no monolito branco (a parede externa do museu): “Ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desbravou o sertão e ergueu Brasília com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na grande aventura” (Figura 3B). A inscrição recebeu a aprovação do próprio homenageado, que expressou concordância com o uso do termo grande aventura:

“a tarefa que havíamos realizado era de tal grandiosidade que só existia uma palavra para defini-la: aventura” (Oliveira, 2000, p. 11).

Por outro lado, Caio de Oliveira (2021), em uma releitura crítica de Brasília como símbolo, destaca a marca do esquecimento imposta aos trabalhadores que materializaram o projeto monumental da nova capital. Para ele, a “Cabeça de JK” exemplifica essa dinâmica, celebrando exclusivamente as figuras da elite burocrática, como engenheiros, arquitetos e políticos, enquanto silencia a contribuição dos candangos. Ele observa que a homenagem, centrada na escultura de uma cabeça de JK, reflete a valorização do trabalho intelectual desvinculado da prática manual, como se a construção de Brasília fosse fruto exclusivo de um indivíduo, sem as mãos que efetivamente edificaram a cidade (Oliveira, 2021).

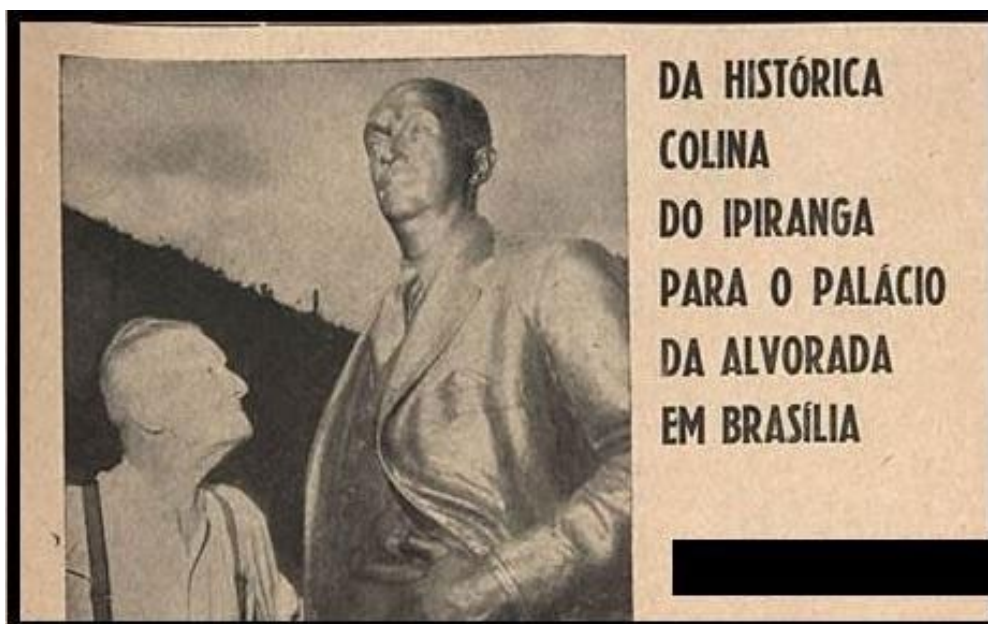
Nesse sentido, a separação entre “mão e cabeça” evidencia uma hierarquia nos saberes: o fazer é esvaziado de significado, restrito aos trabalhadores manuais, enquanto o sentido da obra é reservado aos “senhores da concepção” (Barato, 2008). Essa dicotomia ignora as dinâmicas de construção do conhecimento nas atividades produtivas, privando o trabalhador do poder de compreender e participar do significado do que produz. Destarte, a produção simbólica e material se torna um privilégio, perpetuando desigualdades entre concepção e execução.

### 2.2.2 O Fundador, escultura no Museu do Catetinho

A segunda obra da tríade é “O Fundador” que está no Museu do Catetinho<sup>6</sup>. A escultura de bronze foi fundida na oficina artística do escultor italiano Metello Benetti, que “fixou no bronze a atitude mais comum do presidente, representando força, elegância e dinamismo” (Malandrino, 1960, p. 32). Conforme a notícia veiculada (Figura 4), “esta obra, em seu naturalismo, expressa claramente, e imortaliza na arte grega com estátuas que reúnem em sua fértil imaginação artística — o belo, o real, a graça e a força (*sic*)” (Malandrino, 1960, p. 32).

<sup>6</sup> A edificação foi inaugurada em 10 de novembro de 1956 como Residência Presidencial Provisória, e perde essa função em junho de 1957 com a inauguração do Palácio da Alvorada. O Museu do Catetinho é categorizado como museu-casa (Pedrosa, 2024).

Figura 4 – Escultor italiano Metello Beneditti, na fundição em bronze da escultura



Fonte: Acervo Hemeroteca Digital Brasileira (Malandrino, 1960). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Uma alusão à Proclamação da República, com a chamada “Da histórica colina do Ipiranga para o Palácio da Alvorada em Brasília” (Malandrino, 1960). Inicialmente, acreditava-se que a escultura seria instalada na entrada da sede do poder executivo, contudo seu destino foi o Catetinho. Não foram encontrados registros sobre como essa decisão foi alterada, mas sabe-se que, em março de 1960, o escultor José Pedrosa estava em Brasília anunciando que havia uma estátua para o Catetinho, e que preparava o local para se tornar um monumento nacional (O que, 1960). A obra foi erguida sobre um pedestal de mármore rosa.

O Catetinho também foi o local escolhido para a transição simbólica entre o fechamento das portas do Palácio do Catete (RJ) e a inauguração de Brasília (JK, 1960). O Museu do Catetinho está situado a cerca de 30 km do Plano Piloto de Brasília. Embora seja impossível avistar a cidade construída da varanda do museu, JK em sua autobiografia, devaneia:

[Catetinho] ali que comandara a grande batalha da construção da nova Capital e ali buscava refúgio, no seu último dia. Tudo era quieto na modesta casa de madeira, erguida antes que existisse até mesmo o traçado da cidade. Sentei-me em um desvão da varanda. Em torno, estendia-se a cidade que, em um esforço quase sobre-humano, conseguira construir em três anos e meio. O céu era o mesmo da minha primeira visita ao local, no dia 2 de outubro de 1956 — céu

imenso, desdobrado de nuvens coloridas, como se refletisse o esplendor da metrópole que se abria no chão (Oliveira, 2000, p. 363).

Figura 5 – Estátua “O Fundador”



Foto: autora, 2024.

Esta escultura carrega mistérios em sua concepção. Em 1957, segundo jornais de circulação nacional, o escultor José Pedrosa trabalhava “na elaboração de uma estátua do presidente da República” (Monumento, 1957). Dada a falta de tempo na agenda presidencial, o escultor foi autorizado a realizar seu trabalho no Palácio do Catete: “o presidente posa em seu próprio gabinete de trabalho, no Catete” (Posto, 1957)<sup>7</sup>. Contudo um detalhe chama atenção nas notícias da época: o pedido para a escultura partiu da prefeitura de Diamantina (MG), cidade natal de JK, a qual foi inaugurada em 1958, com a presença da mãe de sua mãe, Júlia Kubitschek (Na cidade, 1958). Isso indica que a

<sup>7</sup> As matérias referentes à estátua de JK na cidade de Diamantina/MG foram incluídas na análise por serem parte da concepção da obra de José Pedrosa.

escultura presente nos jardins do Museu do Catetinho é um segundo exemplar. A primeira escultura foi posteriormente ignorada pela imprensa, e a segunda foi noticiada como uma grande e original obra de José Pedrosa na Nova Capital (JK , 1960), e como parte de um monumento nacional (Catetinho, 1960).

### 2.2.3 Monumento a JK, no Memorial JK

A escultura “Monumento a JK – para a eternidade”, a terceira obra da tríade, localiza-se no Memorial JK. Trata-se da primeira escultura concebida por Oscar Niemeyer (Figura 6), sendo moldada pelo escultor brasileiro Honório Peçanha (1907-1992), e executada ao longo de 17 meses. Amplamente divulgada nos noticiários da época, a obra possui 120 metros de comprimento, 32 metros de largura e um pedestal de concreto armado de 28 metros de altura, do qual emerge uma grande mão em forma de concha que protege a estátua em bronze (O Memorial, 1981); desta posição a figura parece acenar para a cidade.

Figura 6 – Croquis Monumento JK - 1980



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer. Disponível em:  
<https://www.oscarniemeyer.org.br/escultura/monumento-jk>

O Memorial JK também foi projetado por Oscar Niemeyer, a pedido da viúva, Sarah Kubitschek, e inaugurado em 12 de setembro de 1981, em memória ao dia do nascimento de Juscelino. Os restos mortais do ex-presidente foram transferidos do cemitério local, Campo da Esperança, para uma câmara interna do memorial, ornada de

representações visuais de artistas do chamado projeto modernista de Brasília<sup>8</sup>, são eles: Athos Bulcão, que esculpiu as paredes; Marianne Peretti, responsável pelos vitrais situados sobre o túmulo; e os jardins projetados por Burle Marx.

Sobre a concepção da obra, Niemeyer (Fundação Oscar Niemeyer, 1980) a descreveu: “o alto fuste que, terminado em curva, protege e realça sua figura, esculpida por Honório Peçanha. O protesto foi contrariar os que os desprezavam — a ditadura vigente — obrigando-os a vê-lo todos os dias, sorrindo vitorioso sobre a cidade que construiu e eles desdenharam”. Essa descrição retrata o simbolismo direto com a trajetória política de JK, a estátua, em posição elevada e com um gesto vitorioso, sob a paisagem urbana de Brasília (Figura 7) é um ato de afirmação do legado.

Figura 7 – Memorial JK, ao lado direito ergue-se o Monumento a JK.



Foto: autora, 2024.

Monumentos são erguidos em estreita conexão com bases ideológicas, funcionando como dispositivos de poder e atualização de discursos históricos (Madeira, 2002). Memorializar personagens fundadores por meio de mausoléus reconfigura a memória coletiva, destacando determinados personagens e eventos em detrimento de

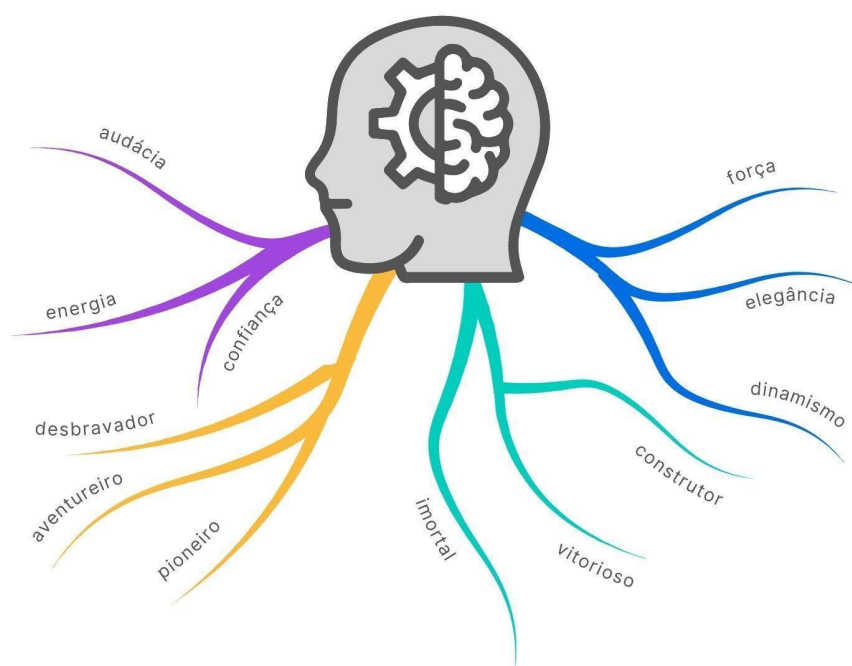
<sup>8</sup> Principais colaboradores no projeto arte-arquitetura modernista: Athos Bulcão (1918-2008), pintor, escultor, desenhista e artista brasileiro: trabalhos em azulejo, concreto, madeira policromada e outras técnicas; Roberto Burle Marx (1909-1994) artista plástico e paisagista brasileiro, implantou jardins em muitos locais de Brasília, como o dos Palácios do Itamaraty e do Jaburu; Marie Anne Peretti (1927-2022), artista vitralista franco-brasileira, responsável pelos vitrais da Catedral, da Câmara dos Deputados, do Panteão da Pátria, do Superior Tribunal de Justiça, do Palácio do Jaburu e do Memorial JK.

outros. Nesse contexto, o terreno onde foi construído, a Praça do Cruzeiro, também carrega um forte simbolismo religioso, pois foi ali que ocorreu a primeira missa de Brasília, em 1957.

Oscar Niemeyer expressou essa intenção em uma carta enviada a Sarah Kubitschek: “de longe, a primeira coisa que surge é a figura de JK, suspensa sobre a cidade que criou em pleno cerrado” (Noite, 1981, p. 24). A monumentalidade da obra e sua localização estratégica no Memorial JK reforçam os discursos oficiais que apresentam JK como o grande idealizador de Brasília, projetando sua imagem em um horizonte.

Durante os cinco anos de mandato presidencial, JK atribuiu grande importância à atuação do Estado em orientar e impulsionar as atividades econômicas e sociais do país (Vidal, 2009). A tríade de esculturas traduz visualmente esse ideal de governo, refletindo a grandiosidade associada à sua gestão. Nesse contexto, analisamos as notícias veiculadas pela imprensa da época das inaugurações dos monumentos para elaborar o mapa mental (Figura 8) dos desejos, ideais e crenças que estariam projetadas e propagadas por meio das obras esculturais, segundo seus idealizadores.

Figura 8 – Enraizando memórias - Mapa mental  
“Adjetivos atribuídos a personalidade JK”



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

O modernismo e o nacionalismo desenvolvimentista encontraram na figura de JK uma representação de seus ideais políticos e estéticos (Vidal, 2009). No discurso midiático (Figura 8), essas narrativas acionam contrastes simbólicos, em que atributos como *elegância* e *imortalidade* operam como legitimação do projeto político. A definição do que se preserva, “o que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado” (Hobsbawm, 1984, p. 22) predomina nas disputas de memória e poder.

Segundo o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot, “as presenças e ausências encarnadas em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutros e tampouco naturais. São criadas” (Trouillot, 2016, p. 85). A figura de JK associada à construção de Brasília, permanece nas representações simbólicas como o alicerce para o discurso hegemônico dos homens brancos do Sudeste, apresentados como desbravadores do deserto do Planalto Central. Esse processo, como tal, constitui “um conjunto específico de silêncios” (Trouillot, 2016, p. 57), apagando outras narrativas e invisibilizando os sujeitos subalternizados que participaram da construção dessa memória nacional<sup>9</sup>.

Concordamos que esses monumentos se localizam em espaços predestinados como “lugares de reviver a memória da cidade e reafirmar um pertencimento local” (Pereira, 2012, p. 620). No entanto, diferentemente do que observa Jesus Marmanillo Pereira (2012), em Lima (Peru), onde praças centrais da memória coletiva se configuram como palco de disputas, manifestações e protestos, em Brasília, os monumentos dedicados a JK situam-se em áreas pacificadas. Assim, ao invés de funcionarem como campos de disputas e contestação de narrativas, esses espaços são apropriados prioritariamente para comemorações oficiais, reforçando narrativas hegemônicas em torno da figura do ex-presidente e da capital.

---

<sup>9</sup> Identificamos dois projetos de extensão do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) que atuam neste campo de disputas de memórias. O primeiro, Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal (coord. Ana Flávia Magalhães Pinto, 2019; Instagram: @historianegradf), resultou em exposição homônima a partir de pesquisa documental no Arquivo Público do DF. O segundo, Outras Brasília (coord. Cristiane de Assis Portela; Instagram: @outrasbrasiliasunb), propõe produzir materiais e ações para tensionar a narrativa oficial, dando visibilidade a sujeitos e experiências historicamente marginalizados, e originou a exposição Outras Brasília: memórias sensíveis e contranarrativas.

## 5 Considerações finais

A construção de monumentos insere-se em um processo mais amplo de produção e consolidação de narrativas que buscam instituir um projeto de nação, compondo o que Knauss (2000, p. 196) denomina “a lógica da pedagogia social do civismo no Brasil”. No caso de Brasília, os monumentos analisados neste estudo foram concebidos para exaltar Juscelino Kubitschek, chefe do poder executivo responsável pela fundação da capital. Enquanto representações visuais, essas esculturas operam como dispositivos de legitimação da posição oficial do Estado, ao serem instaladas em espaços institucionalizados e posteriormente reconhecidos como patrimônio nacional. Nesse sentido, ativam mecanismos de produção de discursos históricos ancorados na narrativa da saga dos homens e de seus feitos, corporificada em efígies e estátuas (Madeira, 2002), e que ainda hoje continuam a atuar na configuração da memória coletiva.

A construção de monumentos é uma forma de legitimação do passado e controle de narrativas, porque ao construir heróis e narrativas nacionais, contribuem para a ideia de unidade e identidade do Estado (Anderson, 2008). Frente ao patrimônio, a postura adotada deve ser questionadora, pois os monumentos revelam as camadas construídas de uma sociedade e, muitas vezes, reforçam narrativas hegemônicas, por outra, “a forma indiscriminada com que foram reunidos eliminou todas as diferenças, heterogeneidade e fraturas” (Choay, 2006, p. 248). Construí-los cumpre o que Choay (2006) denominou como a função narcisista do patrimônio, pois reflete, de maneira ilusória, uma imagem idealizada do passado. A metáfora de Narciso, que morre ao não conseguir afastar-se de seu próprio reflexo, é um alerta para a necessidade de superarmos o narcisismo histórico e de buscarmos interpretações que enxerguem as fissuras na memória coletiva.

Como aponta Vidal (2009, p. 192), “o que faz um grande estadista é justamente o fato de ser capaz de sintetizar e de canalizar em torno de sua pessoa as aspirações e expectativas que uma comunidade nacional desenvolve em dado momento”. Nesse sentido, Juscelino Kubitschek poderia ser compreendido como um mito soreliano. Para Sorel, os mitos políticos são “conjuntos de imagens capazes de evocar em bloco e somente pela intuição, antes de qualquer análise refletida, a massa dos sentimentos” (apud Miguel, 1998) desejada para a luta política. Assim, a figura de JK foi imortalizada em

monumentos históricos que o vinculam, de forma quase mítica, ao feito monumental da construção de Brasília.

Apesar de evidenciar o papel das esculturas na consolidação de uma memória oficial em torno da figura de Juscelino Kubitschek, este estudo apresenta algumas limitações. O recorte adotado concentrou-se nos monumentos instituídos pelo Estado e nos discursos inaugurais divulgados pela imprensa da época, o que restringe a análise de narrativas contra hegemônicas e de processos posteriores de ressignificação. Nesse sentido, futuras pesquisas podem voltar-se a investigar de que forma distintos grupos as interpretam, contestam ou ressignificam estes monumentos da cidade.

No mais, podemos afirmar que ao exaltar os heróis desbravadores, tais monumentos frequentemente silenciam as vozes e memórias coletivas: das populações que habitavam o território antes da construção da nova capital e das milhares de pessoas que migraram para trabalhar no empreendimento. Esses grupos compõem o personagem “sertanejo”, designação genérica atribuída a comunidades negras, camponeses sem terra e vaqueiros, perpetuando uma narrativa de dominação sustentada pelo mito-história do sertão (Sena; Suárez, 2011). É nesse ponto que se faz relevante a reflexão proposta pela antropóloga e ativista negra Lélia Gonzalez: “os heróis oficiais não têm nada a ver com isso, são produto da lógica da dominação, não têm nada a ver com a ‘alma de nossa gente’” (González, 1984, p. 237), porque nos convida a questionar a hegemonia presente nos monumentos e a reconhecer o apagamento (Pinto, 2021) ou, mais precisamente, o soterramento de memórias que a monumentalização perpetua de forma intencional e, muitas vezes, violenta

Se “a tríade” consolida uma memória oficial centrada na liderança carismática, em detrimento da pluralidade de experiências históricas, desejamos, em consonância com Dipesh Chakrabarty (2020, p. 274), “uma história que torne deliberadamente visível, dentro da estrutura das suas formas narrativas, as suas próprias estratégias e práticas repressivas” e, mais que isso, desejamos “inscrever sobre determinadas narrativas privilegiadas de cidadania outras narrativas de relações humanas que se alimentam de passados e futuros sonhados” (Chakrabarty, 2020, p. 275). Portanto, a análise dos monumentos de JK em Brasília evidencia não apenas a dimensão material dos projetos políticos e de poder, mas também a necessidade de ampliar as reflexões sobre as



memórias excluídas, invisibilizadas e marginalizadas no processo de construção da Nova Capital no Planalto Central Goiano.

## Referências

A CABEÇA de JK. **Última hora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3030, p. 3, 16 maio 1960.

ALVES, Lara Moreira. A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade. **Encontro de História da Arte**, Campinas, SP, n. 1, p. 11-20, 2005. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3586>. Acesso em: 9 nov. 2024.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a educação profissional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/262>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BOSCOLL, Ronaldo. Dois poetas cantam Brasília. **Manchete**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 440, p. 41-45, 24 set. 1960.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Memória da administração pública brasileira**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei n.º 13.766, de 18 de dezembro de 2018**. Inscreve o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113766.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.766%2C%20DE%2018,Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113766.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.766%2C%20DE%2018,Art). Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Do quadrilátero Cruls ao patrimônio histórico e cultural da humanidade**. Brasília: Agência Senado, 2010. Série 50 anos de Brasília. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not02.asp>. Acesso em: 18 dez. 2024

BRASÍLIA, sinfonia da Alvorada. Música: Antônio Carlos Jobim. Poesia: Vinicius de Moraes. Rio de Janeiro: Columbia, 1960. LP 12" capa dupla. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/vinicius-de-moraes/87259/>. Acesso em: 16 dez. 2024

CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto. **A crise do Estado-nação**. São Paulo: Edições Sesc, 2003. Coleção Artepensamento IMS. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/colecao/a-crise-do-estado-nacao/>. Acesso em: 10 set. 2024

CATETINHO será monumento nacional. **Última hora**, Curitiba, ano 9, n. 2.465, p. 11, 19 abr. 1960.



CHAKRABARTY, Dipesh. A pós-colonialidade e o artifício da história. **Práticas da História** - Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, Lisboa, n. 11, p. 247-277. 2020. Disponível em: <https://praticasdahistoria.pt/index.php/pdh/article/view/24352>. Acesso em: 14 out. 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CONCLUÍDA a “Sinfonia de Brasília”: é a maior obra de Jobim e Vinicius. **Última hora**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 3.212. Caderno 2, 12 dez. 1960, p. 2.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: EdUnB, 2016.

FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER. **Monumento JK**. Série Obras Esculturas. 1980. Disponível em: <https://www.oscarniemeyer.org.br/escultura/monumento-jk>. Acesso em: 16 dez. 2024

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje** – ANPOCS, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence Ranger (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

JK sairá do Catetinho para a festa da inauguração: a primeira casa da Novacap será monumento. **Última hora**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 3.007, p. 6, 19 abr. 1960.

KNAUSS, Paulo. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. **Proj. História**, São Paulo, n. 20, p. 175-192, abr. 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1990. p. 535-553.

MADEIRA, Angélica. A itinerância dos artistas: a construção do campo das artes visuais em Brasília (1958-1967). **Tempo social**, São Paulo, v. 14, n. 2, out. 2002. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/12389>. Acesso em: 14 out. 2024.

MALANDRINO, Nino. Da histórica colina do Ipiranga para o Palácio do Alvorada em Brasília. **Fauna**, São Paulo, ano 19, n. 2, p. 32, fev. 1960.

MIGUEL, Luís Felipe. Em torno do conceito do mito político. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581998000300005>. Acesso em: 05 dez. 2024

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno**. 2001. 448p. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.217430>. Acesso em: 9 set. 2025.



MONUMENTO a Kubitschek. **Módulo Brasil Arquitetura**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 69, 1957.

NA CIDADE de Diamantina, o presidente da República. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 57, n. 19.952, p. 6, 13 abr. 1958.

NOITE de Gala. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 6.744, p. 24, 04 ago. de 1981.

O MEMORIAL JK agora é dos visitantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. Caderno B, 16 set. 1981, p. 11

O QUE se diz. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 32, n. 9.724, p. 4, 25 mar. 1960.

OLIVEIRA, Caio Felipe de Melo Guedes e. **Êstes construíram Brasília: uma (anti)celebração crítica dos 60 anos da capital brasileira**. 2021. Dissertação (Mestrado em Design de Comunicação) — Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **A marcha do amanhecer**. São Paulo: Best Seller, 1962.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Porque construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. Edição Brasil 500 anos. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1039>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEDROSA, Artani Grangeiro da Silva. O núcleo pioneiro de Brasília e suas presenças invisibilizadas: a narrativa do Museu do Catetinho. **Memória em rede**, UFPel, Pelotas RS, v. 16, n. 31, p. 479-498, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rmr.v16i31.26653>. Acesso em: 05 dez. 2024

PEDROSA, Artani Grangeiro da Silva. **Catetinho: a flama inspiradora**. Goiás, GO, 2023. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2023a. *E-book*. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1zpNVRiIAsFmwSpkSGmEDURiReX2atDG7/view?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAab9Jtvz9IcwI77Yuf0NUYCJ12np21cwOk1iGHu9p7ULcm2FfmLa2DAKcXc\\_aem\\_YdC9mghpESekymV0k4Vghg](https://drive.google.com/file/d/1zpNVRiIAsFmwSpkSGmEDURiReX2atDG7/view?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAab9Jtvz9IcwI77Yuf0NUYCJ12np21cwOk1iGHu9p7ULcm2FfmLa2DAKcXc_aem_YdC9mghpESekymV0k4Vghg) Acesso em: 05 dez. 2024.

PEDROSA, Artani Grangeiro da Silva. A construção de narrativas em museus como parte do constructo da memória nacional: catetinho como símbolo do pioneirismo. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 32, 2023, São Luís MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: ANPUH Nacional, 2023b. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-10/1729260000\\_b86187c5474cdd3ba078015bcd1b1d00.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-10/1729260000_b86187c5474cdd3ba078015bcd1b1d00.pdf). Acesso em: 10 nov. 2024

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Por las plazas, calles y avenidas Limeñas: espaço, tempo e percepções cotidianas na capital peruana. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 11, n. 32, p. 558-642, ago. 2012. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/>. Acesso em: 08 set. 2025.



PINTO, Ana Flávia Magalhães. Temporalidades, história e memória. *In*: SANTANA, Bianca; CARNEIRO, Natália (org.). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras: Casa Sueli Carneiro: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 10-26. Disponível em: [https://casasuelicarneiro.org.br/wp-content/uploads/2021/12/CSC\\_Livro\\_Insumos\\_para\\_Ancoragem\\_Memorias\\_Negras\\_v1\\_1\\_web.pdf](https://casasuelicarneiro.org.br/wp-content/uploads/2021/12/CSC_Livro_Insumos_para_Ancoragem_Memorias_Negras_v1_1_web.pdf). Acesso em: 08 set. 2025.

PÔSTO de escuta. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 250, p. 6, 02 fev. 1957.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 1990. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22093>. Acesso em: 9 set. 2025.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão. *In*: SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). **Sentidos do sertão**. Goiânia: Cãnone, 2011. p. 101-122.

SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya. Apresentação. *In*: SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). **Sentidos do sertão**. Goiânia: Cãnone, 2011. p. 7-22.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIV-XX)**. Brasília: UnB, 2009.

Recebido em: 30/06/2025.

Aceito em: 13/10/2025.

